

## TRIBUTO

Governistas agora querem adiar a votação da prorrogação do imposto do cheque em plenário, enquanto oposição tem pressa para aproveitar clima de disputa pela presidência do Senado

# Mudança no embate da CPMF

Brasília — A renúncia do senador Renan Calheiros (PMDB-AL) à presidência do Senado inverteu o embate sobre a votação da proposta de emenda constitucional (PEC) que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011. Governistas, que até a véspera queriam apressar a votação, já admitem adiá-la, enquanto a oposição, que pretendia postergar a apreciação da proposta em plenário, agora quer acelerar. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), admitiu que a votação da CPMF poderá ocorrer na terça-feira e não mais amanhã, como ele previa inicialmente. "Amanhã (hoje) vamos votar as emendas à PEC da CPMF na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e, depois, vou me reunir com os líderes da base aliada para avaliar se votaremos na quinta ou na próxima terça-feira."

O senador afirmou que a renúncia de Renan interfere na discussão da CPMF, mas ele disse acreditar que o governo conseguirá os votos necessários para aprovar a prorrogação. Jucá afirmou também que ainda acredita que o governo conseguirá alguns votos da oposição em favor do chamado imposto do cheque. "Parafrazeando o BC (Banco Central), estamos em tendência de alta", afirmou. Também considerando que a mudança na presidência do Senado deixou o jogo político mais complicado, o líder do PSB na Casa, Renato Casagrande (ES) afirmou que o governo não tem condições de votar a prorrogação do imposto do cheque amanhã. "O jogo ficou complicado porque tem duas bolas dentro do campo", disse Casagrande, em referência às discussões de sucessão do Renan e à prorrogação do tributo.

O presidente da CCJ do Senado, Marco Maciel (DEM-PE) confirmou para hoje a votação das 18 emendas feitas em plenário à PEC. "Vou por em votação. Se o relator quiser, ele pode apresentar o parecer às emendas", afirmou. Deixou em aberto, no entanto, a possibilidade de algum senador pedir vista ao relatório de Jucá, o que inviabiliza a votação a

votação pelo plenário, em primeiro turno, amanhã.

**OPOSIÇÃO** Avaliando que pode haver um racha na base aliada na disputa pelo comando do Senado, DEM e PSDB querem apressar a votação da CPMF para aproveitar o momento que os beneficia na estratégia de derrubar o imposto do cheque. O líder do DEM, senador José Agripino Maia (RN), defendeu que a votação da PEC seja realizada amanhã, como proposto inicialmente pelo governo. "Nós estamos de acordo com a proposta do líder do governo. Queremos votar na quinta-feira", defendeu Agripino. Inicialmente, a oposição foi favorável à aceleração da tramitação da CPMF. Ao perceber, no entanto, que não teria os 33 votos contrários à matéria, DEM e PSDB decidiram retomar a estratégia inicial de retardar a votação da matéria. Agora, com o esperado racha na base aliada, os dois partidos retomaram o discurso favorável à votação esta semana.

Agripino afirmou que a disputa em torno do sucessor de Renan é um "condimento negativo" para os governistas na votação da CPMF. "De toda a disputa, o normal é resultado sequêlas. Temos que votar", avaliou. O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), admitiu que a oposição vai aproveitar o clima de disputa pela presidência do Senado para conquistar votos da base aliada contra a CPMF. "Essa é a minha intenção, isso é tudo que eu quero", afirmou.

Virgílio e Álvaro Dias (PSDB-PR) avaliam que a oposição conta com os 32 votos necessários para barrar a prorrogação do imposto do cheque. "Nós trabalhávamos com 33 votos que teríamos que ter. Agora (com o anúncio de que o presidente em exercício do Senado, Tião Viana, não vota) precisamos de 32. Com 31 votos contrários, eles (governo) aprovam a CPMF, mas com 32 eles perdem. Creio que nós temos pelo menos mais de 32 um pouquinho", disse Virgílio. Ao apressar a votação da PEC, a oposição não quer dar tempo para que o governo consiga convencer senadores com ofertas de verbas e ameaças de cortes nos estados.



Líder do governo, Romero Jucá admite votar só na terça-feira. Tucano Arthur Virgílio vê no momento oportunidade para derrubar proposta



## Aceno com limitação de gastos

Brasília — Com o objetivo de tentar convencer o PDT e alguns senadores tucanos a votar favoravelmente pela prorrogação da cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), o governo se mobilizou para acelerar o andamento de dois projetos que estabelecem controles fiscais para a União. Assim, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprovou ontem, por unanimidade, regras que limitam o crescimento dos gastos com pessoal à inflação mais 2,5% ao ano e definem um teto para o endividamento líquido da União em 3,5 vezes a arrecadação corrente líquida. Os dois projetos ainda serão examinados pelo plenário.

Mesmo assim, o governo ainda não conseguiu obter grandes avanços em relação aos votos tucanos, que chega-

ram, há algum tempo atrás, a firmar um pré-acordo com o governo pedindo a fixação de limite de endividamento para o governo federal. Já o PDT, par-

tido da base aliada que vem cobrando medidas de contenção de despesas do governo federal como condição para apoiar a prorrogação da CPMF, conside-

rou as duas votações na CAE passos importantes. "Temos mais de meio caminho andado", afirmou o líder do PDT no Senado, Jefferson Péres (AM). Ele ainda cobra do governo um compromisso de definir algum mecanismo de controle mais amplo dos gastos correntes (despesas de custeio da máquina pública em geral).

O relator do projeto que definiu o limite de endividamento da União, senador Romero Jucá (PMDB-RR), destacou que as votações na CAE mostram que o governo está disposto a ter limites em seus gastos e no seu endividamento. Embora tenha dito que a aprovação se deveu ao compromisso do governo com o controle fiscal, Jucá disse esperar que aprovação das duas medidas ajude na tarefa de convencer parte da oposição a votar a favor da CPMF.

### PRESIDENTE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu adiar a visita que faria à Bolívia na semana que vem depois de fazer uma avaliação do cenário político com a renúncia do senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Pesou também a necessidade de ele envolver-se nas negociações para aprovar a prorrogação da CPMF. O adiamento foi definido em um telefonema que o presidente deu para o colega boliviano Evo Morales. Ainda incerto o cenário para a aprovação do imposto do cheque no Senado, Lula avaliou a necessidade de alongar-se nas negociações para garantir os 49 votos mínimos pró-governo no plenário do Senado. O pedido para que Lula dedique-se às negociações foi feito pelo ministro das Relações Institucionais, José Múcio Monteiro.

## MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO  
MARCOS.COIMBRA@UAI.COM.BR



## As pesquisas e suas horas

As vezes, as pesquisas de opinião são importantes pelo que dizem, pelo que revelam. É o caso daquelas que mostram aspectos desconhecidos ou pouco compreendidos da sociedade e que, quando são divulgadas, têm um efeito iluminador. Daí em diante, costumam ser citadas como a fonte de uma nova percepção.

Há outras, no entanto, que nada dizem de diferente do que todos já sabiam, mas cuja publicação acontece em tal momento que elas se tornam importantes. Nesse caso, o relevante não é o resultado em si, mas a hora.

Veja-se, como exemplo, a pesquisa do instituto Datafolha, divulgada no fim de semana. Tratou de muitos aspectos, mas o principal (pelo menos o que mereceu destaque em toda a imprensa), foi o relativo à proporção de pessoas

favoráveis à tese de uma mudança constitucional que permitisse a Lula disputar, em 2010, um terceiro mandato. Segundo a pesquisa, apenas 31% dos brasileiros aprovavam a medida, o que quer dizer que dois terços dos eleitores são contrários a ela.

Não há propriamente surpresa com esses números. Ao longo dos últimos meses, tínhamos já pleno conhecimento de que é majoritário o sentimento da inconveniência de uma mexida na Constituição com esse intuito. Foram diversas pesquisas com resultados parecidos, algumas amplamente divulgadas.

Em julho, pesquisa da Vox Populi tinha chegado a resultado quase idêntico. Perguntados se estariam de acordo com a possibilidade de um "terceiro mandato seguido"

para presidente, governadores e prefeitos, 60% dos entrevistados disseram ser contra e 35%, a favor.

Entre julho e o fim de novembro, período de campo dessa pesquisa do Datafolha, nada mudou nas opiniões da população. Tampouco mudou a distribuição regional das respostas, identificada nas pesquisas: em ambas, a mudança é reprovada de Norte a Sul do país. As diferenças entre os levantamentos são irrelevantes, do ponto de vista estatístico.

Vale assinalar que as perguntas tinham redação ligeiramente diferente, mas que isso não teve qualquer consequência nas respostas. Na pesquisa da Vox Populi, o texto da pergunta não falava explicitamente que a "lei" tinha que ser mudada, como deixava claro o questionário do

Datafolha. Poder-se-ia supor que isso causasse algum efeito nas respostas, mas, pelo visto, não foi o caso. Não há, de fato, apoio popular para uma mudança constitucional como essa.

Mas há uma grande diferença entre as duas pesquisas: a hora em que foram divulgadas. A hora política, que fique claro.

Ao longo dos meses, entre julho e agora, as movimentações de petistas e outros parlamentares de partidos da base governista com intenções continuistas só aumentaram. Algumas genuinamente inspiradas pelo tema do terceiro mandato, outras por trás das quais se viam manobras para obtenção de vantagens no jogo de nomeações e negociações políticas.

A divulgação dessa nova pesquisa não vai mudar isso,

como as anteriores não o fizeram. O PT tem as mais evidentes dificuldades para lançar um bom nome em 2010, e não vai abrir mão do sonho de ter Lula, somente porque uma pesquisa desfavorável à tese foi publicada. No Congresso, especialistas de todos os matizes continuarão a postar para agir, sempre que enxergarem uma oportunidade de benefícios em mantê-la em pauta.

O que a divulgação da pesquisa do Datafolha teve de bom foi ter oferecido a Lula uma chance de expressar, com clareza, o que ele próprio havia deixado vago, quando defendeu a "normalidade" dos mandatos longos. Ao comentar os resultados, disse o que tinha que dizer.

Resta saber se, no futuro, não volta a ser mordido pela tentação de deixar o quadro incerto outra vez.

“

As diferenças entre os levantamentos são irrelevantes, do ponto de vista estatístico